

INCLUSÃO: DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORES NO ENSINO REGULAR

Martileide da Costa Henrique Maia¹
Maria de Fátima do Nascimento Pereira²
Marciel Alves Pessoa³

RESUMO

O artigo investiga os desafios enfrentados por professores que ensinam crianças com deficiências no contexto do ensino regular. Abordando a importância da inclusão e da adaptação das práticas pedagógicas, o estudo busca compreender os obstáculos encontrados pelos educadores e as estratégias adotadas para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. A pesquisa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, revela que a falta de recursos adequados é um dos principais desafios enfrentados pelos professores, dificultando a adaptação do material didático e o suporte personalizado aos alunos. Além disso, a diversidade de necessidades presentes em sala de aula e a necessidade de capacitação e apoio foram identificadas como áreas críticas que requerem atenção. Os resultados destacam a importância da inclusão social e da aceitação pelos colegas, bem como da colaboração com profissionais de apoio. A pesquisa ressalta a necessidade de políticas e diretrizes claras que apoiem a implementação eficaz da inclusão no ensino regular. Em suma, o estudo destaca os desafios significativos enfrentados pelos professores, mas também aponta para oportunidades de superação por meio de investimentos em recursos, capacitação e políticas educacionais inclusivas, visando criar ambientes escolares mais equitativos e enriquecedores para todos os alunos.

Palavras-chave: Inclusão, Desafios, Professores.

INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, os professores enfrentam uma variedade de desafios ao lidar com crianças que possuem alguma forma de deficiência. Esses desafios não apenas requerem um entendimento profundo das necessidades individuais de cada criança, mas também exigem flexibilidade, empatia e recursos adequados para garantir uma educação inclusiva e equitativa para todos. A diversidade de habilidades e necessidades presentes em uma sala de aula desafia os educadores a adaptarem suas práticas pedagógicas, abordagens de ensino e ambientes de aprendizagem para garantir que cada aluno tenha acesso ao currículo e oportunidades de desenvolvimento adequadas.

Ao trabalhar com crianças com alguma necessidade de atendimento educacional específico: transtorno de aprendizagem, deficiência física e cognitiva, os professores podem

¹ Mestranda do Curso de Ciências na Educação Word Ecumenical University, martyleide@gmail.com;

² Mestranda do curso de Ciências na Educação Word Ecumenical University, mdfatimanascimento@gmail.com;

³ Mestrando do Curso de Ciências na Educação Word Ecumenical University, marciel.pessoa@gmail.com;

encontrar diversos obstáculos relacionados à acessibilidade física, comunicação, adaptação de materiais educacionais, gestão de comportamento e colaboração com profissionais de apoio. Além disso, as demandas emocionais e sociais desses alunos muitas vezes requerem atenção especial, para garantir que eles se sintam incluídos, respeitados e capacitados em seu ambiente escolar (SCHIZZI ET. al. 2020).

Portanto, este trabalho tem por objetivo explorar os desafios enfrentados pelos professores no âmbito da educação inclusiva, buscando levantar as principais queixas dos docentes no fazer pedagógico diário. Esse trabalho explorará alguns dos desafios específicos enfrentados pelos professores ao deparar-se com uma turma heterogênea de crianças e que possui a necessidade em algum nível de adaptação, seja de conteúdo, acessibilidade ou acompanhamento pedagógico especializado, destacando a importância da colaboração entre educadores, famílias e profissionais de saúde para garantir que as condições de ensino sejam equitativas para as crianças e que o educador sinta-se acolhido, tendo suporte adequado para que o mesmo possa desempenhar seu trabalho com qualidade.

UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A INCLUSÃO

A história da inclusão educacional é marcada por um longo processo de evolução, que reflete as mudanças nas percepções sociais, políticas e educacionais em relação às pessoas com deficiência. Antes do século XX, indivíduos com deficiência eram frequentemente segregados da sociedade e da educação formal, relegados a instituições especializadas ou excluídos completamente do sistema educacional. No entanto, ao longo do tempo, houve um movimento em direção à inclusão, impulsionado por mudanças nas atitudes sociais e avanços legais (ARANHA, 2004).

Desde a antiguidade até o século XVII, a visão da pessoa com deficiência estava profundamente enraizada em interpretações predominantemente religiosas, sendo considerada um fenômeno metafísico, muitas vezes atribuído à influência da possessão demoníaca ou à vontade divina de purgar os pecados dos antepassados. Este período foi marcado por opressão e discriminação, especialmente durante a era da Inquisição Católica e a subsequente rigidez moral e ética da Reforma Protestante. As pessoas com deficiência eram frequentemente retratadas como símbolos do mal, sujeitas a punições severas, torturas e até mesmo à pena de morte. Essas visões negativas foram alimentadas pela falta de compreensão científica sobre as

causas das deficiências, perpetuando o estigma e a marginalização ao longo da história. Testemunhando a ausência de acesso à educação e oportunidades econômicas para as pessoas com deficiência, o que exacerbou ainda mais sua exclusão social (ARANHA,2004).

No final do século XIX e início do século XX, começaram a surgir as primeiras escolas especiais, como resposta à crescente conscientização sobre as necessidades educacionais das pessoas com deficiência. Essas escolas, embora um passo em direção à educação especializada, ainda mantinham uma abordagem de segregação, isolando os alunos com deficiência do restante da comunidade escolar. Ademais, serão distribuídos os principais marcos históricos para a inclusão escolar:

Contexto Global

Primeiros Passos (Século XIX - Início do Século XX) A educação especial começou a ganhar forma no século XIX com a criação de instituições específicas para pessoas com deficiências. Contudo, essas instituições eram, em sua maioria, segregadoras, separando os alunos com deficiências dos demais (MACEDO et al., 2014).

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Após a Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabeleceu a educação como um direito fundamental, plantando as sementes para futuros movimentos de inclusão (MACEDO et al., 2014).

Década de 1970

Foi somente a partir da segunda metade do século XX que começaram a surgir movimentos significativos em direção à inclusão. Na década de 1960, nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu a chamada "Revolução dos Direitos Civis", que também impactou as políticas educacionais (WRIGHT, 2005). O movimento pelos direitos civis destacou a necessidade de igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de raça, gênero ou condição física. Isso levou a mudanças legislativas importantes, como a Lei dos Direitos Civis de 1964 e a Lei de Educação para Pessoas com Deficiência de 1975 (atualmente conhecida como Lei de Educação para Indivíduos com Deficiências - IDEA) (ETSCHEIDT; BARTLETT, 1999).

A Lei IDEA, em particular, foi um marco significativo, pois garantiu o acesso à educação para todas as crianças com deficiência nos Estados Unidos, exigindo que as escolas providenciassem serviços educacionais individualizados em ambientes inclusivos, sempre que

possível. Essa legislação foi um catalisador para mudanças em todo o mundo, influenciando políticas educacionais em diversos países (ETSCHEIDT; BARTLETT, 1999).

Conferência Mundial de Educação para Todos (1990)

Em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, reforçou o compromisso global com a educação inclusiva. Este evento enfatizou a necessidade de atender às necessidades educacionais de todos os indivíduos, especialmente aqueles em condições vulneráveis (MACEDO et al., 2014).

Declaração de Salamanca (1994)

A Declaração de Salamanca, adotada em 1994, é talvez o documento mais significativo no contexto da inclusão escolar. Esta conferência, organizada pela UNESCO, estabeleceu que escolas comuns devem incluir todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (MACEDO et al., 2014)..

Contexto Brasileiro

No Brasil, a educação especial começou a se desenvolver no início do século XX, com a criação de instituições como o Instituto Benjamin Constant (1854) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857). No entanto, essas instituições, similares às internacionais, eram segregadoras (MACEDO et al., 2014).

Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na educação inclusiva no Brasil, garantindo o direito de todos à educação e proibindo qualquer forma de discriminação. O artigo 208, inciso III, estabelece a educação especial como um direito dos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (MACEDO et al., 2014).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - 1996

A LDB de 1996 avançou ao estabelecer a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Ela previu o atendimento especializado sempre que necessário, reforçando a ideia de inclusão (MACEDO et al., 2014).

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

Em 2008, o Brasil adotou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que delineou estratégias e diretrizes para promover a inclusão escolar de todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares (MACEDO et al., 2014).

Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024

O PNE, sancionado em 2014, inclui várias metas relacionadas à inclusão escolar, como a universalização do atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (MACEDO et al., 2014). Ao longo das décadas seguintes, a conscientização sobre a importância da inclusão continuou a crescer, impulsionada por movimentos sociais, avanços na compreensão das necessidades individuais das pessoas com deficiência e pesquisas que destacaram os benefícios acadêmicos, sociais e emocionais da inclusão para todos os alunos.

Hoje, embora muitos desafios persistam e a implementação da inclusão varie significativamente de país para país e até mesmo entre diferentes sistemas educacionais dentro de um mesmo país, o princípio da inclusão tornou-se amplamente reconhecido como uma pedra angular da educação equitativa e justa. A busca por ambientes educacionais que valorizem e celebrem a diversidade continua a ser um objetivo central para educadores, famílias, defensores dos direitos das pessoas com deficiência e formuladores de políticas em todo o mundo.

METODOLOGIA

O principal objetivo desta pesquisa é investigar os desafios enfrentados pelos professores ao trabalhar com crianças que possuem alguma forma de deficiência em ambiente escolar. Além disso, busca-se compreender as estratégias utilizadas pelos professores para superar esses desafios e promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com professores que têm experiência no ensino de crianças com deficiência. Essa abordagem permitirá uma análise mais aprofundada dos desafios enfrentados e das práticas pedagógicas adotadas. Será adotada uma abordagem qualitativa para explorar as percepções, experiências e estratégias dos professores em relação à inclusão de crianças com deficiência.

A pesquisa de campo será conduzida em uma escola que adota políticas de inclusão e que possuem um número significativo de alunos com deficiência, garantindo uma amostra representativa. As entrevistas serão conduzidas de forma presencial ou virtual, conforme a disponibilidade e preferência dos participantes. Serão utilizados roteiros de entrevista semiestruturados, contendo perguntas abertas que permitam aos professores compartilhar suas experiências, desafios enfrentados e estratégias adotadas.

A análise dos dados será realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo, buscando identificar padrões, temas recorrentes e insights relevantes nas respostas dos professores. Será realizada uma triangulação dos dados, comparando as respostas dos diferentes participantes para obter uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados. Todos os participantes serão informados sobre os objetivos da pesquisa e seu consentimento será obtido antes da coleta de dados. Serão garantidos o anonimato e a confidencialidade das informações dos participantes. A pesquisa será conduzida de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela instituição responsável e pelas diretrizes éticas de pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão apresentados de forma clara e objetiva em um relatório final. Serão destacados os principais desafios identificados, as estratégias adotadas pelos professores e as recomendações para promover uma educação inclusiva e de qualidade para crianças com deficiência.

Essa metodologia permitirá uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos professores e contribuirá para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Após conduzir entrevistas com professores que trabalham em salas de aula regulares e lidam com crianças com necessidades especiais, foram identificados diversos desafios relacionados ao engajamento desses alunos. As discussões revelaram insights valiosos sobre as dificuldades enfrentadas pelos educadores e as estratégias adotadas para promover o envolvimento e o aprendizado desses estudantes.

Um dos principais desafios apontados pelos professores foi a falta de recursos adequados para atender às necessidades individuais dos alunos com necessidades especiais. Muitos educadores expressaram dificuldades em adaptar o material didático e em oferecer suporte personalizado devido à escassez de recursos e à falta de treinamento específico nessa área.

De modo geral, a legislação brasileira assegura diversos direitos, contudo, o que acontece é o não cumprimento destas leis, por inúmeros fatores e as questões político-sociais são uma delas:

A constituição de uma sociedade justa, igualitária e equitativa é reconhecida como principal finalidade da Educação, na proposta de formar cidadãos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos, deveres e oportunidades, a fim de poderem conviver com dignidade, preparados para o mundo do trabalho e a prática social, conforme preconiza o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9394/96. Não obstante, a concretização destes princípios é dificultada por fatores políticos, sociais, econômicos e, sobretudo, históricos e culturais, que por vezes impedem que a inclusão seja consolidada em nossas escolas (MACÊDO et. al, 2014, p.180).

Como relatado pelos professores, existem inúmeros desafios para se trabalhar a inclusão na sala de aula regular. Não basta serem escritas leis, mas, para que isso aconteça, a legislação deve ser cumprida. Como disse Macêdo (et al., 2014), “existem diversos entraves”, e o político constitui um dos maiores. Desde o mau uso dos recursos até desvios de funções, os profissionais que deveriam acompanhar os alunos com alguma necessidade específica acabam por assumir outras funções dentro do ambiente escolar. Outro ponto levantado na entrevista consiste na escolha do profissional que irá acompanhar o aluno com necessidade especial ou com alguma deficiência, que por vezes não possui nenhuma formação acadêmica para exercer tais atribuições.

Os professores destacaram a grande diversidade de necessidades presentes em suas salas de aula, o que torna desafiador atender a cada aluno de maneira individualizada. Alguns alunos podem requerer suporte adicional para questões de aprendizagem, enquanto outros podem precisar de apoio emocional ou comportamental.

Foi observado que crianças com necessidades especiais enfrentam dificuldades em se integrar socialmente e em serem aceitas pelos colegas na sala de aula regular. A falta de compreensão e empatia por parte dos colegas pode levar ao isolamento e à exclusão desses alunos, impactando negativamente seu engajamento e bem-estar emocional.

Muitos professores expressaram a necessidade de mais capacitação e apoio para lidar eficazmente com crianças com necessidades especiais. O desenvolvimento de habilidades específicas em educação inclusiva, bem como o acesso a recursos e apoio especializado, foram apontados como essenciais para melhorar o engajamento e o desempenho desses alunos. Colaboração com profissionais de apoio, como psicólogos escolares, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, foi destacada como uma estratégia importante para atender às necessidades complexas dos alunos com necessidades especiais. A falta de tempo e recursos para uma colaboração eficaz foi identificada como uma barreira significativa.

Em suma, os resultados desta pesquisa destacam os desafios significativos enfrentados pelos professores ao tentar engajar crianças com necessidades especiais em salas de aula regulares. A falta de recursos adequados, a diversidade de necessidades, os obstáculos sociais e a necessidade de capacitação e apoio foram identificados como áreas-chave que requerem atenção e intervenção. Estratégias que promovam a inclusão, a colaboração interdisciplinar e o desenvolvimento profissional dos educadores são essenciais para superar esses desafios e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com professores que enfrentam desafios no ensino de crianças com deficiências no ensino regular revelou uma série de questões complexas e multifacetadas que permeiam esse contexto educacional. As experiências compartilhadas pelos educadores forneceram insights valiosos sobre os obstáculos enfrentados e as estratégias adotadas para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades individuais.

Os resultados da pesquisa destacam a magnitude dos desafios enfrentados pelos professores ao trabalhar com crianças com deficiências no ambiente escolar regular. Desde a falta de recursos e apoio adequados até a diversidade de necessidades presentes em sala de aula, os educadores enfrentam obstáculos significativos que impactam diretamente o ensino e o aprendizado desses alunos.

Ficou evidente que há uma necessidade premente de mais recursos e apoio para os professores que lidam com crianças com deficiências no ensino regular. Isso inclui tanto

recursos materiais, como materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas, quanto apoio humano, como capacitação em educação inclusiva e colaboração com profissionais de apoio. A pesquisa ressaltou a importância da capacitação e do desenvolvimento profissional dos educadores para enfrentar os desafios complexos associados ao ensino de crianças com deficiências. Investir em programas de formação contínua, workshops e recursos de aprendizagem pode capacitar os professores a adotarem abordagens mais eficazes e inclusivas em suas práticas pedagógicas.

A inclusão social e a aceitação pelos colegas emergiram como aspectos fundamentais no ensino de crianças com deficiências no contexto regular. Estratégias para promover a compreensão, empatia e respeito mútuo entre os alunos são essenciais para criar um ambiente escolar inclusivo onde todos se sintam valorizados e aceitos. Necessidade de Políticas e Diretrizes Claras: Por fim, os resultados da pesquisa destacam a necessidade de políticas e diretrizes claras que apoiem a implementação eficaz da inclusão no ensino regular. Isso inclui políticas de financiamento adequadas, diretrizes curriculares inclusivas e medidas de apoio para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

Em conclusão, a pesquisa evidencia os desafios significativos enfrentados pelos professores no ensino de crianças com deficiências no ensino regular, mas também destaca oportunidades para superar esses desafios por meio de investimentos em recursos, capacitação, promoção da inclusão social e desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas. Ao enfrentar esses desafios de forma colaborativa e proativa, podemos criar ambientes escolares mais inclusivos, equitativos e enriquecedores para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. *Educação inclusiva: a fundamentação filosófica*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- ETSCHEIDT, S. K.; BARTLETT, L. The IDEA amendment: A four-step approach to determining supplementary aids and services. *Exceptional Children*, v. 65, p. 163-174, 1999.
- MACEDO, M. del C. S. R.; AIMI, D. R. S.; TADA, I. N. C.; SOUZA, A. M. de L. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 179-189, abr./jun. 2014.
- SCHIZZI, J.; PEDROLO, L.; GREGORY, V. L.; BORDIN, C. O. C. Educação inclusiva: quebra de paradigmas, desafios enfrentados no cotidiano escolar. *Revista Missioneira*, 2020.
- WRIGHT, S. *A Lei dos Direitos Civis de 1964: Legislação contra a discriminação*. Landmark, O Rosen Publishing Group, 2005. ISBN 1-4042-0455-5.

ISSN: 2359-2915



CINTEDI

V Congresso Internacional
de Educação Inclusiva &
V Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva